



MENSAGEM Nº 378, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Tendo em vista o disposto no inciso X do art. 90 da Constituição do Estado, encaminho à Vossa Excelência, para conhecimento dessa egrégia Assembléia Legislativa, mensagem expondo a situação do Estado, os destaques do terceiro ano de mandato, bem como os desafios e as perspectivas frente ao planejamento estadual.

Eu sei que para muitos mineiros que nos escutam agora, a situação financeira do nosso Estado e a situação econômica do país são preocupações que se sobrepõem a todas as outras. E com razão. Se alguém aqui não foi afetado pessoalmente por esta crise, provavelmente conhece um amigo, um vizinho, um membro da família que tenha sentido na pele as consequências desse terrível momento. É por isso que não preciso listar as estatísticas que demonstram a situação de nossa economia: todos têm vivido essa angústia diariamente. O impacto da recessão nacional e da herança maldita que recebemos dos governos que nos antecederam é real e está em todo lugar.

Embora a nossa economia esteja enfraquecida e nossa confiança abalada, e embora vivamos tempos difíceis e incertos, hoje eu trago a todos os mineiros uma mensagem de esperança:

Vamos reconstruir o Estado; vamos recuperar nossa economia; com diálogo, equilíbrio e muito trabalho Minas Gerais emergirá mais forte do que nunca.

O peso da herança dos governos anteriores e dessa crise sem precedentes não determinará o destino deste Estado. As respostas aos nossos problemas estão ao nosso alcance. Elas existem em nossas escolas e universidades; no campo e nas fábricas; na capacidade de nossos empresários, na força do minério e na dinâmica das *startups* que aqui são incubadas, no orgulho dos brasileiros que mais trabalham neste país: os mineiros.

Recebido em: 31 / 01 / 2018

Secretaria-Geral da Mesa



O que é necessário agora é que Minas Gerais esteja unida, confiante, determinada a confrontar com ousadia os desafios que enfrentamos. Sejam honestos. Infelizmente, nem sempre os que nos antecederam cumpriram com a responsabilidade devida o dever de conduzir este Estado. Eu digo isso não para culpar alguém ou, como outros costumam fazer, para ficar olhando para o passado, mas porque só entendendo os equívocos que nos trouxeram até aqui é que seremos capazes de nos libertar desta situação.

Cada um aqui pode ter sua própria opinião, mas não pode ter seus próprios fatos! E o fato é que nossas finanças não chegaram neste ponto crítico, nem nossa economia nesta recessão, da noite para o dia. Nem todos os nossos problemas começaram quando não construímos mecanismos de financiamento para a previdência pública. Sabemos há décadas que nossa sobrevivência depende da arrecadação de tributos provenientes da mineração e da agricultura, e pouco foi feito para diversificar a economia. Ao contrário. O custo da folha exige cada vez mais dos nossos recursos a cada ano, mas os governos passados continuaram a valorizar investimentos em equipamentos públicos grandiosos, mas de pouca serventia para a população. Nossos jovens buscam empregos em uma economia cada vez mais competitiva, mas tínhamos escolas sem acesso à água e energia. E embora todos esses desafios não tenham sido resolvidos, nos anos que antecederam ao nosso governo, o Estado conseguiu gastar mais dinheiro e acumular mais dívidas.

Em outras palavras, assumimos um Estado insolvente. E não será da noite para o dia, nem no horizonte de um mandato, que desequilíbrios históricos serão revertidos. Será preciso tempo, determinação, diálogo e muita coragem para mudar. Começamos essa caminhada em 2015 e os resultados já começam a aparecer.

Nestes últimos anos, conseguimos atrair novas empresas e novos investimentos para o Estado. E, por isso, em 2017 fomos o segundo Estado com mais geração de empregos no país. Nestes últimos anos conseguimos direcionar os investimentos de segurança e colocamos mais policiais nas ruas. E, por isso, reduzimos em 2017 os índices de criminalidade em todo Estado em 30%, fato histórico depois de 15 anos de dificuldades. Nestes últimos anos alocamos toda nossa capacidade de investimento na educação. Contratamos mais professores, melhoramos a condição das salas de aula, aumentamos o salário dos educadores, distribuímos kit escolares para nossas crianças, aprovamos leis que protegem os professores e aumentamos a educação em tempo integral. E, por tudo isso, temos a melhor educação do Brasil, com bons resultados em português e matemática.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Palácio Tiradentes

Se nos últimos três anos estive aqui para explicar as dificuldades e apresentar nossas soluções, hoje eu venho com a sensação de que o pior já passou e que o melhor está por vir. Falo com determinação: Minas Gerais está mais preparada para enfrentar o que vier; está mais confiante para sair da crise; está mais forte para crescer e se desenvolver.

2018 será o ano dos mineiros!

Sei que não concordamos em todas as questões, e certamente haverá momentos no futuro em que estaremos de lados opostos. Mas também sei que todos os mineiros que estão sentados aqui amam este Estado e querem que ele tenha sucesso. Esse deve ser o ponto de partida para cada debate que os senhores e senhoras deputados terão nos próximos meses. E esta Casa, o espaço privilegiado para a construção de consensos. Esse é o fundamento sobre o qual o povo mineiro espera que construamos uma Minas Gerais melhor.

Se o fizermos, se levantarmos este Estado desta crise; se colocarmos o nosso povo de volta nos seus empregos e reiniciarmos o motor da nossa prosperidade, então, dentro de pouco tempo, poderemos dizer aos nossos filhos que fizemos algo digno e que teremos orgulho de que seja lembrado.

Que esta Casa tenha um ano Legislativo de intenso sucesso, continuando a contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Muito obrigado!

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Governador do Estado

1. SITUAÇÃO FISCAL

Em 2017, a gestão fiscal de Minas Gerais foi, mais uma vez, condicionada pelo desafio de conciliar os esforços de ampliação de receitas, mesmo em um ambiente de crise econômica nacional, com os de controlar um elevado e rígido conjunto de despesas. O resultado alcançado explicita que o caráter estrutural do déficit fiscal do Estado é cada vez mais maior e impõe fortes restrições à gestão pública.

Em relação à receita estadual, houve, no ano passado, crescimento de 1,55%, percentual superior ao previsto na Lei Orçamentária. A arrecadação de ICMS, principal fonte de recurso próprio do Estado e sob a qual há maior governabilidade, aumentou 9,2% em relação a 2016. Este resultado extremamente positivo deveu-se à combinação de amplo conjunto de medidas, com destaque para o aprimoramento da política tributária de incremento, atração e retenção de investimentos no Estado; intensivo combate à sonegação fiscal; e a edição do Programa Novo Regularize, para recuperação de créditos tributários, inclusive os inscritos em dívida ativa.

Os resultados do Novo Regularize merecem destaque. Aderiram ao programa 162.523 contribuintes, o que viabilizou a solução de R\$ 8,9 bilhões em débitos tributários, em fase administrativa ou inscritos em dívida ativa, dos quais R\$ 2,8 bilhões foram arrecadados à vista. Do total regularizado, 64% são débitos pagos ainda na fase administrativa e 36%, débitos inscritos em dívida ativa.

A despeito dos esforços do Executivo estadual para contingenciar gastos e conferir mais eficiência à gestão, as despesas públicas cresceram 3,25% em 2017. Esse resultado é explicado basicamente pelo aumento de três conjunto de despesas: transferências aos municípios; recursos destinados à Saúde e à Educação; e folha de pessoal e de inativos e pensionistas.

Nos dois primeiros casos, a ampliação das despesas é um resultado obrigatório do crescimento da receita tributária. As transferências aos municípios são um percentual do total tributário arrecadado pelo Estado e, com os esforços feitos em 2017, houve expansão em cerca de R\$ 1 bilhão do total transferido em relação ao ano anterior. O mesmo ocorreu com as despesas com Saúde e Educação, que são vinculadas

constitucionalmente à arrecadação do Estado e crescem sempre que há ganhos de receita.

O crescimento da folha de pagamentos de ativos, inativos e pensionistas desacelerou em relação a 2016. No caso dos gastos com pessoal ativo, houve racionalização de nomeações e contratações, e não ocorreu concessão de novos reajustes, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso dos gastos com inativos e pensionistas, o aumento dos gastos deveu-se, predominantemente, a aposentadorias nas áreas de Educação e Segurança Pública. Ressalte-se que estes setores, por prestarem serviços essenciais à população e que foram priorizados pelo Executivo estadual, exigem a reposição de quadros. Por isso, o aumento dos gastos com aposentados não pode ser compensado por redução dos gastos com ativos.

A evolução dos gastos previdenciários em Minas Gerais é determinante para entender os resultados fiscais alcançados em anos recentes. Em 2017, a necessidade de financiamento do déficit da Previdência – regime próprio e militares – chegou a expressivos R\$ 16,489 bilhões, impondo um elevado custo para as contas do Tesouro. Como o déficit fiscal foi de R\$ 9,768 bilhões, se não houvesse o desequilíbrio entre o total da folha de ativos e pensionistas e as receitas previdenciárias, o resultado fiscal de Minas Gerais seria superavitário. Situação similar ocorreu nos dois anos anteriores.

Finalmente, cabe atentar que a capacidade de o Executivo mineiro reduzir despesas é, atualmente, muito pequena, uma vez que as chamadas despesas obrigatórias comprometeram, em 2017, mais de 100% das receitas. Entre as despesas obrigatórias estão, além dos gastos previdenciários, o pagamento da folha de pessoal, os gastos vinculados às áreas de Saúde e Educação, o pagamento da dívida pública, as transferências para municípios e as despesas executadas pelos demais Poderes. São dispêndios cujos montantes não podem ser alterados senão marginalmente, haja vista serem constituídos por determinantes legais. Em termos práticos, isso significa que, hoje, há um engessamento dos gastos públicos estaduais e uma progressiva redução da margem discricionária de que o Estado dispõe para alocação de recursos e realização de ajustes.

Mesmo em meio às dificuldades fiscais, Minas Gerais logrou uma importante conquista em 2017. O estoque da Dívida Pública Fundada Estadual decresceu 4,06%,

entre dezembro de 2016 e de 2017, ao passar de R\$ 110,344 bilhões para R\$ 105,861 bilhões, um feito inédito. Resultado das negociações empreendidas com o Governo Federal, este menor estoque de dívida significará alívio futuro para a gestão fiscal do Estado, abrindo espaço para novos investimentos.

Várias iniciativas foram adotadas em 2017, sempre em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para construir soluções de médio e longo prazo para o quadro fiscal do Estado.

Em março de 2017, foi solicitada a abertura de novo diálogo institucional com a União, para a busca de uma solução negociada destinada à extinção, a um só tempo, das dívidas que o Estado de Minas Gerais possui perante a União (no patamar de R\$ 88 bilhões) e das eventuais dívidas decorrentes dos prejuízos causados ao Estado pela Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996), que desonerou o ICMS das exportações de commodities, como grãos e minério. Conforme aponta o Relatório Final da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, criada em abril/2017 pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, as perdas experimentadas por Minas Gerais seriam da ordem de R\$ 135 bilhões. Adicionalmente, a Advocacia Geral do Estado peticionou na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 (ADO 25), que trata das compensações da Lei Kandir, para informar o decurso do prazo estabelecido na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e requerer que seja oficiado o TCU para dar cumprimento ao julgado, uma vez que tendo o prazo se esgotado em 04/12/2017 e até o momento não haja a aprovação da norma regulamentadora dos repasses, cabe ao TCU a apuração do montante devido.

Ainda no âmbito das ações efetivas na busca por soluções para a construção de um novo cenário fiscal, foi aprovada a Lei nº 22.606/2017 que criou o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa – FECIDAT, com prazo de vigência de 50 anos, para facilitar a gestão de ativos e receitas do Estado e desempenhar a função de financiamento ao desenvolvimento. A mesma lei criou também o Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais (Faimg) e Fundo de Investimentos Imobiliários de Minas Gerais (Fiimg), para promover a gestão mais eficiente e o melhor aproveitamento econômico dos imóveis de propriedade do Estado, de forma a gerar recursos adicionais para o financiamento do investimento público em áreas essenciais em Minas Gerais.

Nessa mesma direção, merecem destaques duas leis aprovadas no final de 2017 e sancionadas no corrente ano. A Lei nº 22.914/2018 a lei disciplina a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado, para adequar a legislação Estadual ao Projeto de Lei Federal que altera a Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. E a Lei nº 22.828/2018 autoriza a transformação da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – em sociedade anônima de economia mista, alienando até o montante máximo de 49% da participação do Estado na empresa, preservando-se o controle do Estado, o que resultará em diversificação das fontes de recursos investidos em desenvolvimento econômico no Estado.

Por fim, é fundamental chamar atenção para os esforços que o Governo de Minas Gerais tem promovido para alterar a matriz produtiva do estado e promover o desenvolvimento regional. Além da organização, estruturação e padronização de 05 novos Tratamentos Tributários Setoriais (TTS) e revisão de 18 TTS já em atividade, estimulando empresas e setores produtivos já existentes no Estado – de que é exemplo bem sucedido o fortalecimento e ampliação da indústria calçadista de Nova Serrana – o Executivo estadual tem mobilizado equipes e instrumentos para promover novos investimentos no Estado. Ao final de 2017, 96 empreendimentos haviam iniciado suas atividades no Estado, como resultado de R\$ 7,39 bilhões de investimentos, gerando 18,7 mil empregos diretos. Adicionalmente, outros 81 empreendimentos já haviam iniciado sua implantação, o que resultará em mais R\$ 12,09 bilhões de investimentos e produzirá a geração de mais 17 mil empregos diretos. Há ainda dezenas de protocolos de intenção assinados, que resultarão, no corrente ano, em mais investimentos e em mais desenvolvimento para Minas Gerais.

Sem descuidar um só instante dos desafios resultantes do desequilíbrio fiscal estrutural de Minas Gerais, o Executivo estadual, com o apoio dos demais poderes, tem trabalhado para construir um novo futuro, em que o ajuste fiscal não asfixie as oportunidades de desenvolvimento e de atendimentos das justas e urgentes demandas dos mineiros e mineiras.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Minas Gerais continua trabalhando em meio à crise vivenciada pelo país. A despeito dos desafios impostos pelo quadro fiscal, todos os serviços públicos estão funcionando e nenhum setor entrou em colapso, diferente daquilo que tem sido vivenciado por estados vizinhos. O Estado enfrenta a crise com diálogo, equilíbrio e trabalho.

As principais realizações de 2017 são muitas. Foram apresentadas diretamente, pelo Governador, secretários e representantes de todos os órgãos do Estado, diretamente à população, durante as reuniões dos Fóruns de Desenvolvimento, que ocorreram ao longo do ano. Algumas delas são destacadas a seguir.

2017 foi mais um ano em que os investimentos em educação foram priorizados pelo governo estadual. Foi iniciada a implantação do programa “+ Educação”, iniciativa que visa integrar e melhorar a educação em todos os 17 territórios de desenvolvimento do estado. Uma das estratégias do programa é a implantação das Escolas Polo de Educação Múltipla (Polem), já sendo 58 instituições no estado.

Em relação à educação profissional, o número de vagas oferecidas foi de 37.890 em 2017, distribuídas em 213 escolas. Com relação à Educação Integral e Integrada, em 2017 foram atendidos cerca de 139.383 estudantes, sendo 4.153 no Ensino Médio integral em 44 escolas Polem.

Com intuito de modernizar e melhorar as escolas, foram adquiridos 38.910 computadores, 4.000 mil projetores multimídia e 3.800 impressoras para as escolas de todo o estado. Além disso, o governo investiu R\$ 24.388.840 em infraestrutura de rede lógica e elétrica, necessária para funcionamento desses equipamentos. Ao todo foram contempladas 3.035 escolas estaduais com os equipamentos, ou seja, 83,53% das escolas estaduais no ano e 98,27% já possui acesso à internet.

A infraestrutura das escolas também foi alvo de investimentos do governo em 2017: foram construídas 8 novas escolas e na conclusão da reforma de 44 escolas. Para auxiliar no transporte dos estudantes, foram entregues 718 ônibus escolares em todos os territórios de desenvolvimento em um total de R\$218 milhões investidos.

Para suprir o quadro de pessoal foram nomeados 11.750 servidores para atuarem na educação, complementando e o salário dos professores aumentou para R\$ 2.135,30. Os benefícios se aplicam, proporcionalmente às respectivas jornadas e vencimentos, a todas as carreiras da Secretaria de Estado de Educação.

Em 2017, R\$101,5 milhões foram repassados para a alimentação escolar e ainda foram contratados e treinados 53 nutricionistas, sendo alocado um profissional em cada Regional de Ensino e seis na sede, para promover alimentação saudável nas escolas.

Em 2017, foram doados 1.062 equipamentos para 50 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), em 47 municípios, além de 630 ambulâncias e veículos de saúde. Os automóveis beneficiaram a atenção básica e o atendimento de SAMUs no Estado e são fundamentais para a melhoria do atendimento à população, sobretudo de pequenos municípios.

Os SAMUs Regionais receberam 117 e os SAMUS Municipais 46 Unidades de Suporte Básico (USBs). Também foram doadas 26 Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) móveis e, até outubro de 2017, 313 ambulâncias e 564 veículos de saúde. Houve a implantação do SAMU Regional Oeste, em Divinópolis, que passou a funcionar com 25 bases descentralizadas, distribuídas por 54 municípios, atendendo 1,2 milhão de pessoas.

Com o início das atividades do SAMU Oeste, e considerando os 12 SAMUs municipais e os 5 Regionais, 540 dos 853 municípios mineiros passaram a ter acesso ao serviço, atendendo cerca de 15,1 milhões dos 20,7 milhões habitantes do Estado (72,4 % de cobertura populacional). O SAMU 192 Regional está implantado e em pleno funcionamento em 5 regiões ampliadas de saúde – Norte, Nordeste/Jequitinhonha, Centro Sul, Sudeste e Sul.

Em setembro de 2017, foi inaugurado o Hospital Regional de Uberaba, que ampliou o atendimento para mais 27 municípios da região. O hospital possui 55 leitos, sendo 35 de clínica médica, 10 cirúrgica e 10 leitos de UTI. Há dois blocos cirúrgicos completos, com apoio de serviços de imagem e patologia.

O Programa Farmácia de Todos conta com 9 novas farmácias em funcionamento. Além de facilitar o acesso do cidadão aos medicamentos, o Programa permitiu a retomada do processo de compra direta pelos municípios que assim o desejarem, que

podem aderir à ata de preços do governo estadual, simplificando e acelerando a aquisição dos insumos.

O esforço e o compromisso dessa gestão com a segurança no Estado estão mostrando resultados. Os indicadores de segurança pública do estado de Minas Gerais estão mais positivos e melhores do que a média nacional. Os índices de 10 dos principais crimes monitorados apresentaram queda quando comparados os dados de janeiro a dezembro de 2017 com os de 2016. Os índices que apresentaram redução são: vítima de homicídio consumado; homicídio tentado; lesão corporal consumado; estupro tentado; roubo consumado; furto consumado; extorsão consumado; extorsão mediante sequestro consumado; crimes violentos; crimes violentos contra o patrimônio. Os números obtidos demonstram são o reflexo da atuação incansável sistema de segurança pública.

No âmbito do Programa Mais Segurança, a região metropolitana de Belo Horizonte foi beneficiada com 86 bases móveis comunitários implantados para as atividades de policiamento ostensivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Para além da região metropolitana, 60 municípios foram beneficiados com a digitalização da comunicação via rádio da PMMG e 1.090 viaturas foram entregues para o policiamento ostensivo nos territórios de Desenvolvimento do Estado. Todo o esforço realizado foi orientado para colocar mais policiamento na rua, oferecer para a população do estado um modelo que, de fato, garanta efetivamente a segurança para o cidadão e a cidadã.

Na área de atuação da Defesa Civil Estadual, 51 municípios receberam materiais de ajuda humanitária em 2017, um aumento de 30,76 % no atendimento. Em relação à disponibilização de água potável, em 2017, 119 municípios foram contemplados pelo transporte e distribuição de água potável, em comparação com 115 em 2016. Por fim, 232 municípios foram capacitados em resposta a desastres naturais, proteção e defesa civil.

Em relação ao sistema prisional, Minas Gerais, vem investindo para mitigar os efeitos negativos que um ambiente sem condições dignas tem sobre os encarcerados e, em consequência, para a sociedade. Em 2017, foram criadas 412 vagas no sistema prisional, incluindo Montes Claros, onde foi implantado um anexo ao Presídio Regional e 221 vagas no sistema Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC),

sendo que o maior número de vagas foi em Araxá e Patrocínio - 40 vagas em cada um dos municípios.

Ademais, houve uma modernização do sistema de gestão prisional, com a instalação de novos módulos de monitoramento eletrônico e de movimentação e cadastro de presos, em todas as unidades do Estado. Em relação à infraestrutura do sistema prisional, três centros socioeducativos foram reformados: Dom Bosco, Santa Terezinha e Sete Lagoas.

Os investimentos em equipamentos para o sistema prisional foram expressivos. Em junho de 2017, foram entregues 23 viaturas-cela, sete ambulâncias, 1.963 armas (espingarda calibre 12 e pistola ponto 40), 1.725 coletes à prova de bala, 705.000 munições de treinamento, 48.000 munições menos letais, 1.000 algemas e 1.000 tonfas. Em dezembro, foram entregues 20 vans para 19 comunidades terapêuticas que atendem dependentes químicos em Minas Gerais.

Com 152 inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM – PPL), Minas Gerais ficou em segundo lugar no país em relação a proporcionalidade entre jovens inscritos e o total da população socioeducativa, considerando a variedade numérica de internos entre os Estados. Assim, 9,5% do total de jovens em cumprimento de medida de internação do Estado estão inscritos, apenas sendo superada pelo Rio de Janeiro (10,5%).

Em 2017, foram nomeados mais 99 investigadores para a Polícia Civil, o que demonstra o compromisso do governo na melhoria de qualidade na área. O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMMG), por sua vez, recebeu, em 2017, 55 novas viaturas. Nesse mesmo ano, ocorreu a ativação do Posto Avançado em Congonhas, ampliando o serviço para uma parcela maior do Estado. 487 novos soldados do Corpo de Bombeiros foram formados e distribuídos por todo o Estado para reforçar o efetivo das unidades operacionais.

Avançamos na área de garantia de direitos. Com a implantação do Sistema Participa.MG, Minas Gerais passou a dispor de uma ferramenta digital para a mediação de diálogos em rede, envolvendo a sociedade e o poder público em Minas Gerais. O respeito ao nome social de transexuais, travestis e transgêneros é protegido por lei e,

no final do ano, tornou-se possível emitir a carteira de identidade com o nome social. O reconhecimento do direito à terra pelos povos e comunidades tradicionais foi uma conquista importante dos movimentos sociais em 2017.

A proteção social também avançou em 2017. Foram inaugurados os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Almenara, Águas Formosas e Peçanha, unidades que ofertam gratuitamente os serviços da proteção especial, especializados e continuados. A ação possibilita a articulação e interlocução entre os serviços de média e alta complexidade, além de realizar o acompanhamento de indivíduos e famílias.

Com o Programa Rede Cuidar, instituições que prestam serviços assistenciais à população irão receber recursos repassados a partir da Loteria Mineira, para realizar investimentos e aquisições de equipamentos, para melhorar a capacidade de acolher crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Foram repassados recursos para 364 unidades de 193 municípios, que também receberão assessoramento técnico e qualificação continuados para aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, ofertados pela rede SUAS.

Além disso, 1.004 jovens foram capacitados pelo projeto Tramos, uma das linhas de ação do Programa Juventudes, que objetiva garantir oportunidades de qualificação profissional e geração de renda para jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentre os cursos realizados, destacaram-se: analista de redes sociais, editor de projetos visual gráfico, assistente de produção cultural, organização de eventos, confeitaria, desenvolvedor de aplicativo para dispositivos móveis e capacitação em mecânica de motos.

Além de garantir a priorização do atendimento dos municípios mais pobres em políticas de transporte e merenda escolar, eletrificação rural e distribuição de ambulâncias, o Programa Novos Encontros - Enfrentamento da Pobreza no Campo alcançou importantes resultados:

- Atendimento a 2.763 famílias de grupos específicos no Programa de Segurança Alimentar;

- No âmbito do projeto “Sementes Presentes”, aquisição de alimentos da agricultura familiar por 750 escolas da rede estadual, com apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para fortalecer a aquisição de produtos da agricultura familiar;
- Atendimento de mais de 50 mil famílias com doação de insumos de produção e instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em 159 municípios;
- O Programa Quintais Produtivos: Projeto Escola Agroecológica, selecionou 100 escolas do campo, sendo oito quilombolas e duas indígenas. Pretende-se implantar quintais em 11 escolas no Território Alto Jequitinhonha, 8 no Território Médio e Baixo Jequitinhonha, 8 no Território Mucuri, 65 no Território Norte e 8 no Território Vale do Rio Doce, para criar e potencializar unidades produtivas de agricultura nas escolas, que contribuam para a soberania e a segurança alimentar e a distribuição de insumos.

Em sua décima edição, o edital do Fundo Estadual de Cultura disponibilizou R\$ 9,5 milhões em recursos para democratizar o acesso à produção e fomentar a cultura em Minas Gerais. O repasse de recursos do FEC é direto, sem necessidade de captação junto a empresas, e contempla, de uma forma geral, manifestações da cultura popular, pequenas entidades, grupos e coletivos, tendo uma visão mais voltado ao interior do estado.

Minas Gerais abriga o maior número de bandas de música entre os estados da federação - são cadastradas pela Secretaria de Estado de Cultura 691 corporações civis, mais de 30 mil músicos de todas as idades e procedência. Para valorizar e apoiar essa tradição mineira, o programa “Bandas de Minas” doou 483 instrumentos musicais destinados a 85 bandas de 74 municípios mineiros. Prosseguindo com o programa, o edital 2017 para o “Programa Bandas de Minas” disponibilizou um milhão de reais para a compra de instrumentos para bandas civis de música como forma de contribuir para a manutenção e o aperfeiçoamento dessa manifestação artística. Além de contemplar bandas civis de música esse edital também irá atender bandas militares da Polícia Militas e Corpo de Bombeiros que receberão a doação de 200 instrumentos.

O edital da Lei Estadual de Incentivo à Cultura visa viabilizar a realização de projetos culturais via renúncia fiscal atrelada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No edital de 2017 foram disponibilizados R\$92,3 milhões em incentivos, o maior montante já registrado em toda a história do Estado.

Outro edital importante para a cultura mineira foi o Edital de Premiação das Festas Tradicionais das Comunidades Indígenas ou Grupos Tribais, que teve sua 3ª edição. O objetivo dele é reafirmar a importância das tradições e rituais da cultura indígena como elemento fundador da formação da identidade brasileira. Ao todo, foram distribuídos 12 prêmios, no valor de R\$ 15 mil, totalizando R\$ 180 mil, para iniciativas desenvolvidas no sentido de preservação das festas tradicionais das comunidades indígenas ou grupos tribais.

Em 2017, foi inaugurada a nova sede da Empresa Mineira de Comunicação, no Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, em Belo Horizonte.

O Executivo estadual continuou investindo em nos jogos esportivos estaduais. O município de Caldas sediou, na aldeia Xucuru-Kariri, a 5ª edição dos Jogos Indígenas de Minas Gerais, com a participação de 550 indígenas de 7 etnias. Os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) mobilizaram 37.593 alunos em 2017, abrangendo 97% dos municípios mineiros e se afirmando como a maior competição escolar do país, cujos campeões representam Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude e nas Paralimpíadas Escolares. Os Jogos do Interior de Minas (JIMI) voltaram ao seu formato original em 2017, após pedido dos municípios, e mobilizaram, em sua 33ª edição, 10.636 atletas federados e não federados, o que amplia a possibilidade de surgimento de novos talentos.

O Governo estadual entregou 543 Academias ao Ar Livre para 314 municípios. Instalados em praças e locais públicos abertos, os equipamentos coloridos e de fácil uso despertaram na população de diversos municípios o gosto pela prática de atividades físicas, além de proporcionar um espaço de lazer e interação social para as comunidades.

A produção agropecuária e os produtores rurais mineiros receberam muita atenção em 2017. Continuamos a enfrentar o passivo de regularização fundiária e, até novembro, foram entregues 1.714 títulos de propriedade rural. Completando 69 anos

de existência, a Emater atendeu, até novembro de 2017, cerca de 374.884 produtores rurais, capacitando em comercialização e gestão aproximadamente 63.379 produtores. No âmbito do programa Certifica Minas Café, que tem como principal foco as boas práticas de produção e a responsabilidade socioambiental na produção de café, destaca-se a emissão de 1.215 certificados.

Outra importante iniciativa do Governo que beneficiou os produtores rurais mineiros foi o lançamento, em maio de 2017, do Sistema de Emissão de Certidões de Uso Insignificante de Recursos Hídricos. Foram emitidas 38.813 certidões em 837 municípios, beneficiando produtores rurais e pequenos empreendedores que passaram a ter acesso ao cadastro e à regularização de forma eletrônica e gratuita.

Na área de desenvolvimento econômico, o protocolo de intenções para fomentar desenvolvimento de cidades mineiras agrega esforços e parcerias da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais (Sinduscon), Sistema Fiemg, que congrega a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o Serviço Social da Indústria (Sesi-MG), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-MG) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Entre os projetos, estão: Alvará na Hora, com a criação de serviço de licenciamento de edificações digital, de forma imediata, visando à emissão do alvará de construção para os empreendimentos; proposta de software para o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil; Banco de Terras, serviço de informação gratuito para empresas interessadas em buscar alternativas e/ou negociar terras de resíduo gerado em obras, em desterro ou aterramento, de forma sustentável; Sistema de Agendamento Online de Licenciamento Ambiental no Estado; e Horizonte Urbano Conectado, mediante fomento do desenvolvimento das cidades, de forma sustentável e com a participação da população local, como alternativa viável para a reconfiguração do território urbano. A vigência do protocolo de intenções vai até 31 de maio de 2018.

O projeto P7 Criativo também foi destaque em 2017. O projeto é uma iniciativa pioneira de investimentos na indústria criativa. Por meio da Codemig, estão sendo fomentadas diversas ações do setor, que envolve toda a cadeia de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam o capital intelectual como insumo primário.

O desenvolvimento do setor de Mineração e Transformação Mineral também foi foco da atuação do Governo no exercício passado, por meio da Codemig estruturou-se a capitalização de um novo fundo de investimento: o Fundo de Investimento em Participações Mineral (FIP Mineral), que terá capital comprometido mínimo de R\$ 100 milhões. O prazo de vigência previsto para o contrato é de 10 anos, a partir da entrada em operação do fundo, a qual ocorrerá após a publicação do extrato do contrato na imprensa oficial. Nesse contexto, a Codemig desempenhará papel fundamental para viabilizar soluções integradas e inovadoras em parceria com a iniciativa privada, valorizando o setor de Mineração e Transformação Mineral como um dos segmentos prioritários e estratégicos para o desenvolvimento do Estado e contribuindo para o crescimento econômico sustentável.

Em 2017 também foi criado o Fundo de Investimentos em Participação (FIP). O Seed4Science, estruturado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pela Fundep Participações (Fundepar), terá como parceiros a Codemig, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Fundação Arthur Bernardes (Funarbe) e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Este foi criado com o objetivo de fomentar a cultura empreendedora e impulsionar o desenvolvimento de startups nos centros de pesquisa mineiros.

Outra importante iniciativa voltada para o desenvolvimento econômico do Estado, diz respeito ao lançamento do programa +Oportunidade. Considerado uma ação pioneira, o mesmo tem como objetivo gerar crescimento econômico e social por meio da inovação, da tecnologia e da economia digital e criativa.

Ressalta-se que o +Oportunidade unifica outros seis programas de Governo que têm como foco a inovação, o empreendedorismo, a criatividade, a formação de startups e a qualificação profissional. São eles: Meu Primeiro Negócio, Startup Universitário, SEED, Uaitec, Inova Pro e Minas Inova. Com essa junção, o Estado passa a oferecer uma ação completa de apoio ao desenvolvimento mineiro, dando atenção às empresas no seu primeiro ano de vida, além de uma grande oferta de serviços, profissionais capacitados, mais oportunidades de emprego e renda e educação voltada ao empreendedorismo.

O programa +Artesanato também foi mais uma iniciativa inédita desse Governo. Ele instituirá as diretrizes para o artesanato de Minas Gerais. Será a primeira vez no estado em que se pensará o artesanato como política pública e fonte de renda para o artesão. A expectativa é contemplar aproximadamente 50 entidades de artesãos, como associações, cooperativas, núcleos familiares e mais de 80 artesãos individuais presentes em todas as regiões do Estado.

Ainda em 2017, foi iniciada a nova fase do Voe Minas Gerais, Projeto de Integração Regional – Modal Aéreo. Os 16 municípios atendidos atualmente são: Almenara, Araçuaí, Araxá, Belo Horizonte, Caratinga, Diamantina, Manhuaçu, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Ubá, Varginha e Viçosa. Através do programa pretende-se fomentar os negócios locais, desenvolver o turismo, integrar as diversas regiões do estado e facilitar o deslocamento de moradores do interior para Belo Horizonte, permitindo que tenham acesso rápido a eventos e serviços disponíveis na capital.

Destaca-se também a evolução do aplicativo MG App. Sob a coordenação da Seplag, foram disponibilizados, em 2017, através do aplicativo, novos serviços públicos, tais como: o serviço de agendamento nas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e Sines, o serviço de emissão de boletim de ocorrência de trânsito sem vítima, o informe de vazamento de água e esgoto da Copasa, o serviço de agendamento de doação de sangue e a compra de passagens aéreas do programa Voe Minas Gerais.

Destaca-se também o lançamento do Sei!MG, Sistema Eletrônico de Informações, uma modalidade de gestão de processos e documentos eletrônicos que elimina o papel como suporte físico para documentos institucionais no Governo de Minas Gerais. Processos de compras, ofícios, memorandos e processos financeiros, por exemplo, deixaram de ser impressos e passaram a ter tramitação exclusivamente digital. O Sei!MG registrou mais de 140 mil documentos digitais em sua base de dados até final de dezembro/17, quatro meses após seu lançamento. Dos 40 órgãos e entidades já treinados para uso da plataforma, os campeões em utilização até o início de dezembro/17 são a Sesp, com 20.228 documentos gerados, seguida pela Polícia Civil, com 10.597, e a Seplag, que emitiu 5.838 documentos (confira a tabela completa

abaixo). Até o final de 2018 todas as secretarias e órgãos do Estado irão utilizar o Sei!MG para a tramitação de documentos.

Destaca-se também a Implantação do Novo Sistema Eletrônico de Contagem de Tempo, em outubro/2017, que permitiu a redução do tempo de 150 para 15 dias do processo de emissão de certidão para contagem de tempo e o acompanhamento do processo via mensagem de texto SMS. Até 27/11/2017, foram emitidas cerca de 10.000 certidões.

Outra realização da área de planejamento e gestão diz respeito a inauguração e reestruturação de Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) nos municípios de Diamantina, Contagem, Sete Lagoas, São Sebastião do Paraíso, Barreiro, Uberaba e a Belo Horizonte (Venda Nova). Atualmente, as UAIs estão presentes em todos os Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais, realizando 5,7 milhões de atendimentos até outubro/2017. Com isso, o Governo de Minas Gerais atende o compromisso de interiorizar os principais serviços oferecidos pelo Estado, levando-os para perto de todos os cidadãos mineiros.

Por fim, o Minas Comunica II, programa de implantação de sinal de telefonia celular nos distritos mineiros, avançou de forma acelerada para assegurar a universalização do acesso à telefonia móvel no interior do estado. De 2015 a 2017, 395 distritos foram contemplados com antenas de transmissão 3G, totalizando 659 distritos atendidos desde o início do programa. A expectativa é de que o Programa atenda um total de 770 distritos.

Com relação ao eixo de Infraestrutura e Logística foram investidos, em 2017, cerca de R\$361,7 milhões na recuperação e manutenção dos mais de 26 mil Km de rodovias mineiras. Além disso, foram concluídos seis trechos de rodovias até novembro/17:

- Recuperação Ponte Jequitinhonha em Almenara - Conclusão: 23/06/17;
- Carmo Paranaíba (Entr. BR354) - Distrito Quintinos - Conclusão: 20/09/17;
- Carandaí-Lagoa Dourada (Entr.BR383) - Conclusão: 26/06/17;

- Pavimentação da rodovia LMG-754, no trecho Curvelo a Cordisburgo e Av. Suzana Pinto Canabrava -Conclusão: 11/03/17/Inauguração: 26/04/17;
- Papagaios - Pitangui (Entr.BR352) - Conclusão: 21/07/17;
- Recuperação do Pavimento MG187 (Complementação) - Conclusão: 21/05/2017.

Considerando a área de habitação, que está inserida no mesmo Eixo, destaca-se foram entregues 155 unidades habitacionais em 4 municípios beneficiados de 3 territórios de desenvolvimento (Bugre e Imbé de Minas no Vale do Aço, Jequitinhonha no Médio e Baixo Jequitinhonha e Sardoá no Vale do Rio Doce). Considerado os três anos de governo, contata-se que foram entregues um total de 2.352 unidades habitacionais em 61 municípios de 13 territórios de desenvolvimento.

No meio rural, para o desenvolvimento do trabalho no campo, foram entregues 102 tratores e 103 grades aradoras. Com os novos equipamentos, as famílias rurais beneficiadas poderão incrementar suas atividades, melhorando as condições de trabalho no campo

Um importante investimento realizado foi no fornecimento de energia. O governo investiu R\$2,55 bilhões na melhoria e expansão da rede de distribuição de energia elétrica e realizou 71.121 obras. Também, 42.316 ligações elétrica rurais foram concretizadas, fornecendo energia e melhorando a qualidade de vida dos moradores rurais. A rede de distribuição de gás também foi expandida com a implantação de 163 Km e a aquisição de 14.457 novo clientes. Incrementando o fornecimento de energia e reduzindo seu custo a famílias de baixa renda, o sistema de aquecimento solar beneficiou cerca de 20.920 famílias em 321municípios; 99 hospitais e instituições de idosos além de 99 campos e quadras poliesportivas. O aquecimento solar ajuda na redução do valor gasto com energia, em média de 40% no consumo total de cada família, o que possibilita aumentar o gasto com outras despesas importantes.

Além de melhorar o fornecimento de energia, também foram investidos recursos na oferta de água e esgotamento sanitário aos mineiros em 2017. Foram concluídas 12 obras de abastecimento de água, contemplando 12 municípios em 7 territórios; e 76 poços energizados. Destaque pode ser dado a Montes Claros, que obteve um

investimento de R\$22,97 milhões para a ampliação do seu sistema de água; bem como a realização da obra da barragem em Mato Verde, onde foram investidos R\$27 milhões. Também houve melhorias e ampliação do sistema de esgotamento sanitário com a conclusão de 12 obras em 12 municípios de 7 territórios.

Por fim, é importante destacar a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Montes Claros, cuja execução alcançou 44,95%, no total de R\$22,97 milhões, assim como a realização de obra da barragem em Mato Verde, com execução de 71,06% e investimento de R\$27 milhões.